

Religião e senso comum: um diálogo com Gramsci

Luís Mauro Sá Martino

Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP

Professor da Faculdade Cásper Líbero

As práticas humanas são delimitadas pelo conhecimento. Esse conhecimento, por sua vez, existe a partir de instituições nas quais o indivíduo está inserido. Logo, na intersecção entre conhecimento e prática encontramos a influência das instituições sociais responsáveis por estabelecer os limites possíveis do conhecimento.

Neste sentido, a sociologia do conhecimento tal como é praticada por Alfred Schutz e posteriormente por Berger e Luckmann torna-se, em certa medida, uma espécie de sociologia das instituições, não como grupos autônomos com regras próprias, mas como entidades reguladoras do conhecimento disponível para esses grupos, como elementos de seleção do que pode ou não ser visto, analisado, feito.

O cotidiano é a relação intersubjetiva dessas variáveis institucionais presentes em cada indivíduo, dessas práticas interiorizadas e convertidas em matrizes geradoras de ações não calculadas, mas vistas e tomadas como naturais – a resultante dos processos de repetição existentes em todo o cotidiano, reforçado pelos esquemas mentais dentro dos quais as instituições operam nos indivíduos.

Dentro de uma mesma realidade objetiva, as indivíduos e instituições criam realidades próprias, fragmentos de um cotidiano complexo e impossível de ser compreendido em seu todo. Os indivíduos movimentam-se dentro dessas estruturas de realidade definidas previamente pelas instituições sociais às quais pertencem.

Como nenhum indivíduo está ligado à apenas uma instituição, a intersecção de *modus operandi* e esquemas de compreensão do mundo garantem a singularidade de cada pessoa até o limite de sua ação. A linguagem, por exemplo, é uma instituição social objetiva.

Só é possível compreender a realidade a partir desse *logos* criado historicamente, mas do qual somente temos uma percepção sincrônica no cotidiano. Dentro dessa

macroestrutura, a linguagem particular de cada um será influenciada por outros fatores institucionais – a origem familiar, a escolaridade, a classe social, etc.

Na sociedade capitalista moderna, o homem está o tempo todo sujeito à influência de alguma instituição. Todo seu tempo, toda sua vida é mais ou menos regulada por elementos alheios à sua vontade, que pode apenas manifestar-se na medida em que quadros institucionais maiores e mais fortes assim o permitem.

Ao acordar, o homem está vinculado à sua família. No caminho para o trabalho, serve-se de transportes públicos, regulados pelo Estado, ou particulares – do qual deve prestar contas ao Estado. No trabalho, sua instituição profissional dota-o de regras, horários, práticas mais ou menos legítimas e deixa claras sua posição específica no campo, bem como as estratégias de ação.

Para obter algum conhecimento, deve recorrer à imprensa, elemento por excelência de transformação da realidade, e, se quer algum saber mais amplo, procura uma instituição escolar. Em qualquer instância, rebeliões e comportamentos não desejados pela instituição costumam ser punidos em graus variados. É como se as instituições sociais o tempo todo regulassem o conhecimento do indivíduo a partir de uma ameaça implícita: “Ande na linha. Um dia eles vão te pegar”.

O esquema de prêmios e sanções garante a vida e a sobrevivência das instituições. As instituições produzem conhecimento na medida em que geram esquemas interpretativos do mundo aplicados aos indivíduos dela participantes. Erigidos na forma de regras e tradições, as particularidades da criação humana são perdidas, reificando a instituição e tornando-a superior ao indivíduo.

Afinal, algo sem história e sem origem facilmente adquire as características fortes o suficiente para sua aparente auto-gestão. Nesse sentido, apenas uma instituição pode destruir outra. A compreensão do conhecimento cotidiano, portanto, passa pelo estudo das variações institucionais e limites à ação baseadas em algum tipo de premissa.

As instituições sociais são estruturas hierarquizadas, dentro das quais circula uma quantidade inacreditável de capital simbólico utilizado de inúmeras maneiras e objetivado

nas inúmeras relações de poder e obediência, mais ou menos explícitos, que regem sempre o cotidiano institucional¹.

Há, portanto, disputas e rivalidades que se cristalizam em facções, grupos ou tendências divergentes dentro de uma mesma instituição. Ao ganhar o aval universitário para estudar sua própria religião, o fiel atuante em uma determinada área ganha uma voz autorizada para sugerir, discutir e criticar a postura da instituição, mantendo-se vinculado à ela e participando de seus ritos de instituição a partir de uma postura mais elevada².

Este trecho é apenas um dos exemplos dessa espécie de rivalidade infra-institucional. Nele, um pastor evangélico critica seus colegas e realça as condições anteriores de ação pastoral, presumindo a perda de uma “idade do ouro” que alia a crítica institucional à crítica da modernidade:

“Naqueles idos tempos, pastores vestiam-se como pastores, pregavam como pastores, ostentavam uma vida ilibada como pastores, mereciam consideração e apreço. (...) Hoje, todavia, tudo está muito diferente. Pastores transformaram-se em administradores de empresas, e controlam o movimento do rebanho via computadores, impessoalmente”.
Pastores como antigamente, Ecl. 83.

Esse tipo de procedimento é ainda mais inibidor de qualquer deslegitimação. O trabalho pode ser entendido como desinteressado na medida em que há críticas à própria instituição. E ganhar, conforme diz Bourdieu, “o lucro suplementar de se verem e serem vistos como perfeitamente desinteressados”³.

A questão seria analisar os vínculos intra-institucionais que originaram a crítica. Por outro lado, o dado empírico é o dado empírico, e por mais que se entenda o objeto de pesquisa como uma construção do pesquisador – alguns chegam a dizer “uma construção do olhar do pesquisador” – há dados objetivos verificáveis objetivamente.

Afirmar o contrário seria negar toda a validade da experiência e, por conseqüência, de todo o conhecimento sociológico, jogando o conhecimento em uma curiosa armadilha

¹ P. BERGER, e B. BERGER, *O que são instituições sociais*, in: FORACCHI, M. e SOUZA, J. **Sociologia e Sociedade**, Rio de Janeiro, Livros Técnicos, 1979.

² P. BOURDIEU *Les rites comme actes d'institution*, **Actes de la recherche en sciences sociales**, no. 43, juin 1982.

³ P. BOURDIEU **Questões de Sociologia**, p.94. Sobre o mesmo assunto, cf. *É possível um ato desinteressado?* In. **Razões Práticas**, p. 137.

solipsista na qual não há critério algum e tudo é verdade na medida em que tudo é “construção” – e, pela lógica clássica, se tudo é alguma coisa, tudo também não é especificamente coisa alguma. Isso, em última análise, retira a qualquer critério epistemológico claro.

O ponto central não é a construção do objeto, mas as estruturas de classificação que levam a ele. Em outras palavras, as seleções efetuadas por quem cria o objeto criado. E essas seleções representam via de regra o posicionamento diante do objeto. Se os nexos causais entre fatos, por exemplo, só são compreensíveis e relacionáveis diante de premissas que assim o permitam, cumpre perguntar de onde surgiram tais premissas. O problema é que tal procedimento leva o pesquisador a uma espécie de *reduction ad absurdum* que nega o conhecimento em si⁴.

A força dos vínculos institucionais apresenta uma gama de variações praticamente infinita. Desde a adesão total do indivíduo, submerso pelas forças institucionais, até a tênue ligação nominal, há tantos graus quantas forem as instituições sociais. Mesmo nas mais rígidas, há consideráveis tipos de resistência individual e sectarismo interno responsáveis, eventualmente, por minar o poder institucional de maneira indelével.

Não faltariam exemplos de resistência e rebelião dentro e fora dos quadros, mas, em linhas gerais, esses comportamentos caracterizam-se pelo descumprimento das normas estipuladas de ação. Em casos extremos, o abandono das instituições, quando possível, demonstra o grau máximo de tensão entre a vontade individual e o quadro de referências simbólicas preexistentes. Quando mais fortes os vínculos, menores as chances de rompimento.

Daí a preocupação institucional de definir um espaço simbólico próprio e dotar seus participantes das mesmas matrizes geradoras desse conhecimento – garantindo a reprodução da visão institucional de mundo a partir dos próprios indivíduos. É necessário aqui uma exploração um pouco mais demorada sobre as relações entre o senso comum e a realidade social. Conquanto o próprio Bourdieu dedique-se ao exame pormenorizado das concepções comuns – sintomaticamente, a coleção responsável pela publicação de suas obras nas *Editions du Minuit* chama-se justamente “le sens comun” –, é necessário procurar subsídios em uma de suas fontes primárias para uma melhor compreensão do fenômeno.

⁴ F. KAUFMANN, *Metodologia das Ciências Sociais*, p. 231.

A sociologia do conhecimento cotidiano precisa trabalhar com os locais no qual o senso comum é criado. O senso comum é uma forma rudimentar de conhecimento do mundo, uma forma “pré-científica” ou “a-científica” de compreender e dar sentido aos fenômenos reais. O senso comum apresenta-se à apreensão sincrônica como o universo elementar de significados e ações daí decorrentes sem outra base além do conhecimento adquirido fora das instâncias legítimas de saber⁵.

Empírico e evidente, ao mesmo tempo baseado em tradições e histórias orais, o senso comum é um discurso legitimante da realidade enquanto garante a existência do real em contraposição ao conhecimento científico. Apenas com o tempo as descobertas científicas conseguem modificar o senso comum, pois este se baseia em evidências empíricas, enquanto a ciência busca outros horizontes.

O senso comum baseia-se na ilusão da existência autônoma, mas é criado em espaços definidos – as instituições. Parece evidente, e com isso legitima sua existência. Parece óbvio, mas muitas vezes contradiz a razão mais elementar.

Nos vários volumes dos Cadernos do Cárcere, Antonio Gramsci consagra diversas páginas ao estudo do chamado “senso comum”, relacionando-o com aspectos políticos, culturais e sobretudo religiosos do cotidiano. Conquanto não exista uma análise específica do assunto, vários parágrafos são iniciados pela rubrica “senso comum”, indicando a pluralidade de intervenções possíveis sobre o tema. Não se pretende aqui compilar uma teoria gramsciana do senso comum, mas apenas especificar as relações entre sua concepção e a idéia de construção social da realidade utilizada no decorrer deste trabalho.

A força do senso comum está na legitimidade institucional que lhe é atribuída pelo consentimento mútuo dos indivíduos diante de um poder responsável por lhes oferecer bens simbólicos e materiais por meio dos quais mantém sua força diante das concorrentes. Dentre os “senso comuns” apontados por Gramsci, não falta a identificação de uma distinção de classe na constituição do mundo a partir de pressupostos específicos. Como destaca Boaventura Souza Santos, “trata-se de um senso comum fabricado pelas elites

⁵ Os significados de “ideologia” são amplos. Seria impossível, no âmbito de um trabalho sobre outro assunto, iniciar uma discussão sobre todas as implicações do conceito, daí a resistência em empregar esta palavra para explicar o conjunto de valores simbólicos e ações práticas dentro de um universo institucional. A carga negativa da palavra, sobretudo após os trabalhos de Marx e Engels impede uma utilização menos parcial do termo, razão pela qual seu uso aqui é parcimonioso.

culturais, que como qualquer outro senso comum, é evidente e por isso dispensa qualquer verificação⁶.

Gramsci postula a compreensão do senso comum como um dos elementos básicos para a criação de uma consciência crítica. Já nas páginas iniciais do primeiro volume, logo após afirmar a condição de “filósofos” de todos os homens, o autor já postula imediatamente a necessidade de compreender o senso comum, separando-o tanto da filosofia quanto da religião.

O senso comum, embora pareça eterno e imutável, está sempre em uma contínua mas lenta transformação. As concepções populares a respeito do mundo aparecem muitas vezes como uma consequência óbvia do próprio mundo, evidências fornecedoras de uma certa base para o senso comum⁷.

⁶ SANTOS, Boaventura Souza, **Pela mão de Alice**, p. 60.

⁷ Sem entrar nos méritos de uma discussão que não encontraria lugar neste momento, é interessante notar que Bourdieu equipara o *senso comum* com o *habitus*, ao mesmo tempo em que Gramsci demonstra a equivalência dos sistemas de pensamento comuns a toda uma comunidade como matriz de práticas e percepções – exatamente como postula a própria noção de *habitus*. O trecho de Bourdieu sobre o assunto deixa clara essa equivalência na medida em que o *habitus* é definido a partir das percepções coletivas: “*Habitus*, uma estrutura mental que, tendo sido inculcada em todas as mentes socializadas de uma certa maneira, é ao mesmo tempo individual e coletiva; uma lei tácita da percepção e da prática que fundamenta o consenso sobre o sentido do mundo social, fundamenta o *senso comum*” BOURDIEU, P. **Razões Práticas**, p. 127. Da mesma maneira, Gramsci deixa claro que “pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos” GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, vol. 1, p. 94. O mesmo tipo de relação entre os elementos constitutivos de um pensamento comum à determinados estamentos da sociedade pode ser encontrado a partir dos elementos definidos como agentes desta ação. Enquanto Gramsci salienta a atividade da escola, imprensa e igreja como o *locus classicus* de criação do senso comum (**Cadernos do Cárcere, Vol. 1**, p. 112), Bourdieu enfatiza a escola como instituição privilegiada de formação e institucionalização do “senso comum” enquanto categorias mentais de percepção e ação próprias a toda uma coletividade. “As instituições escolares, que têm por missão maior construir a nação como população dotada das mesmas categorias, e, portanto, do mesmo senso comum” Cf. BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**, p. 84. O ponto comum entre as reflexões de Gramsci e Bourdieu está na crença na artificialidade do mundo social. A gênese e a estrutura do que comumente se entende por realidade está, na opinião de ambos, vinculada de forma indelével a uma intenção original, mais ou menos velada, de estabelecer a realidade de acordo com regras mais ou menos visíveis estabelecidas por uma classe dominante. Dessa maneira, as configurações superestruturais e infraestruturais aparecem já preestabelecidas perante o indivíduo que deve, por sua vez, não apenas aprender a ver esse mundo como *natural*, mas inclusive defender abertamente essa naturalidade pela negação de qualquer elemento de deslegitimação. O resultado é a “construção de uma hegemonia” ou a imposição de uma “definição de mundo” – no sentido que lhe dá Bourdieu. O imaginário, as representações, as práticas e os saberes são direcionados para o reforço da realidade de acordo com as regras do jogo – do qual *todos* participam, obtendo vantagens e lucros maiores conforme sua posição relativa. “As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais. (...) As diferentes classes e frações de classe estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme com seus interesses”. BOURDIEU, P. **O poder simbólico**, p. 11. A análise de Gramsci, neste caso, identifica de uma maneira mais genérica – e mais centralizada na política – o que para Bourdieu está distribuído em espaços sociais

Sua abordagem do senso comum parte de uma relativização histórica e de um estudo da sua formação a partir de fontes culturais e políticas da sociedade. “O ‘senso comum’ é um nome coletivo, como “religião”: não existe um único senso comum, pois também ele é um produto e um devir histórico. A filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum, e, nesse sentido, coincide com o ‘bom senso’ que se contrapõe ao senso comum”⁸.

Todavia, não é o único elemento constitutivo. Ao contrário, o senso comum está o tempo todo sofrendo influências das mais diversas, reunindo conhecimentos tradicionais, modernos e eventualmente científicos em uma amálgama prática de conceitos práticos para utilização cotidiana.

De certa maneira, o senso comum é uma instância acumuladora do senso prático utilizado pelo indivíduo em suas relações com o mundo, garantindo-lhe a compreensão imediata do que vive.

Dentro dos limites do senso comum, os problemas existenciais ganham a dimensão de uma batalha cósmica entre o bem e o mal:

“Aurizete de Oliveira, 34 anos. Desde criança era muito deprimida e, aos 20, começou a beber e a se prostituir. Na sua família havia muitas brigas e todos freqüentavam a casa dos encostos durante muitos anos. (...) Segundo ela, durante os seis anos que conviveu no espiritismo, ela destruiu vários casamentos, sempre sentiu um grande vazio, porém não conseguiu dizer não para aquela situação” – *Liberta dos encostos*, 17/11.

Esses conhecimentos, porém, têm uma origem, e a origem do senso comum explica-lhe parcialmente os direcionamentos posteriores. A certo modo, conhecer as matrizes do conhecimento cotidiano oferece ao pesquisador um referencial de concepções anteriores e lhe permitem levar a efeito uma propedêutica das concepções existentes no senso comum. O resultado é o conhecimento da razão prática a partir das estruturas geradoras desta ação,

relativamente autônomos. A construção de uma hegemonia, neste sentido, está relacionado à homologia dos dominantes de cada campo. Evidentemente comparações mais minuciosas entre os dois autores requerem um espaço distinto deste.

⁸ GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, Vol. 1, p. 96

contribuindo para seu conhecimento – direcionado, quando necessário, para a confirmação dos postulados institucionais:

“A Igreja Romana rejeita a idéia de que Tiago tenha sido irmão carnal de Jesus – como está na inscrição na tumba – devido ao dogma da virgindade de Maria. *Arqueologia comprova existência de Jesus Cristo – Descoberta pode abalar o principal dogma da Igreja Romana: a virgindade de Maria*. Fu. 10/11.

Nesse sentido, é o conhecimento cotidiano o responsável pela maior parte das ações humanas, mesmo quando se trata de uma classe de especialistas.

Ao dimensionar historicamente o senso comum, Gramsci mostrou sua progressão através da História e as visões de mundo implicadas nele. As concepções do senso comum são passíveis de estudo, mesmo quando se apresentam como o óbvio. Muitas das expectativas óbvias da realidade cotidiana mostram-se surpreendentemente diversas quando se submete os princípios do senso comum ao exame de suas práticas.

“Não pode o espírito alienar-se da sociedade e deve agir, com conhecimento e amor, nessa transformação, em importante momento histórico da civilização humana. (...) O mundo, e especificamente a estrutura social brasileira, está precisando de transformações urgentes para coibir a ação dos maus que solapam os bons costumes, que semeiam miséria, que se utilizam dos instrumentos da corrupção, da fraude e da mentira para atingirem seus objetivos egoístas e antiéticos” – *Os espíritos e a eleição*, Fe. 07/2002.

A gênese e a estrutura das práticas não resiste a um inquérito mais elaborado, desconstruindo as formas do senso comum. A eficácia simbólica do cotidiano reside em sua aparência de conhecimento absoluto, desprovido de qualquer História e portando impermeável a mudanças⁹.

“Temos um investimento no jogo, uma *illusio* (do latim *ludus*, jogo): jogadores estão atuando, uns contra os outros, às vezes de maneira feroz, apenas para mostrar sua fé (doxa) no jogo e suas variações. Os jogadores aceitam as regras do jogo pelo simples fato

⁹ “O acordo imediato entre a lógica de um campo e as disposições que suscita e supõe faz com que tudo o que possa encerrar de arbitrário tenda a mascarar-se com as aparências exteriores da evidência intemporal e universal”. BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**, p. 26

de estarem jogando”¹⁰. A ilusão de realidade compartilhada o tempo todo pelos indivíduos decorre desse senso comum institucionalizado, transformado em formas específicas de conhecimento e, por conseguinte, delimitadores das possibilidades de ação na sociedade. :

“A autêntica religião – a que aponta para o amor e constitui-se como expressão e antecipação do próprio amor – é aquela que pela sua autenticidade pode também ser uma esperança política. Pode porque é capaz de valorizar o presente sem canonizar o dia-a-dia, porque sabe acolher as transformações conseguidas sem mudar o transitório em definitivo. O grande problema que se tem pela frente, entretanto, não é, em princípio, teórico. É prático. A autenticidade da religião depende do interesse dos religiosos que determinam a visibilidade das religiões nas igrejas”. *Religião e esperança política 2*, OSP, 27/11.

O mundo social é construído, não dado. As conseqüências dessa afirmação, mostra Gramsci, estão nas possibilidades de transformação do senso comum. Afinal, nada é tão óbvio que o conhecimento científico não possa estudar. Aliás, o autor italiando recorre à Marx para mostrar a disparidade entre essência e aparência como uma das condições necessárias da ciência. Às indicações do senso comum, portanto, é possível contrapor dois tipos de argumento: históricos, no estudo das matrizes e origens, e contemporâneos, demonstrando suas contradições e disparidades. Trata-se de compreender, em outras palavras, a gênese e a estrutura do senso comum conforme se apresenta para a apreensão, nas ações e no discurso.

¹⁰ BOURDIEU, P. e WACQUANT, L. **An invitation to reflexive sociology**, p. 98.